

Revista Contabilidade & Amazônia

Disponível em
<http://www.contabilidadeamazonia.com.br/>

Revista Contabilidade & Amazônia, Sinop, v. 4, n. 1,
art. 4, pp. 49-64, Jan./Dez. 2011

A CONTABILIDADE APLICADA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO

Pâmela Jéssica Souza de Oliveira

e-mail: pamelajsoliveira@gmail.com

Graduada em Ciências Contábeis

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

Sinop, MT, Brasil

Ednei Isidoro de Almeida*

e-mail: dneisidoro@gmail.com

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

Sinop, MT, Brasil

Geovana Alves de Lima Fedato

e-mail: geovanagf@yahoo.com.br

Professora do dep. do Curso de Ciências Contábeis - UNEMAT

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

Sinop, MT, Brasil

*Endereço: Ednei Isidoro de Almeida
Avenida dos Ingás, 3001, Sala L12, Centro, Sinop/MT, 78555-000.

Copyright © 2011 Revista Contabilidade & Amazônia. Todos os direitos são reservados. É permitido citar parte dos artigos sem autorização prévia, desde que seja identificada a fonte.

Resumo

O estudo objetiva aplicar ferramentas contábeis como instrumentos de gestão econômico-financeira em uma microempresa. Realizou-se pesquisa bibliográfica a respeito do assunto, posteriormente um estudo de caso, realizado através de observações assistemáticas na entidade estudada e entrevistas não estruturadas aos gestores da mesma. Justificou-se a pesquisa na contraditória realidade encontrada pelo profissional Contábil recém formado ao ofertar seus serviços se deparando com entidades que não valorizam a atuação deste profissional. No estudo de caso, foram aplicadas ferramentas contábeis na microempresa, em seguida elaborou-se e analisou o balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício. Concluímos que os microempresários têm necessidade de receber informações e auxílio que contribuam para a continuidade de seu empreendimento, e para isso o profissional contábil é amparado pelas ferramentas contábeis para sanar tais necessidades, entretanto deve-se ajustar essas disparidades para que tanto o empresário consiga manter sua empresa ativa e satisfatoriamente rentável, como o profissional contábil desempenhe seu trabalho com plenitude.

Palavras-Chave: Ferramentas Contábeis; Decisões; Microempresa.

1. Introdução

A necessidade de informações que realmente sejam relevantes na tomada de decisões aumenta a cada dia. E esta necessidade não vem dividida entre dimensões de empresas, todas têm que se adaptar a esta realidade para que sua continuidade seja permitida, logo, incluídas nesse grupo estão as micro e pequenas empresas (MPE's), que por serem maioria absoluta no mercado nacional, representam cerca de 98% (SEBRAE, 2006) dos estabelecimentos brasileiros, são as que mais necessitam de respaldo nas informações obtidas, e paradoxalmente são as que menos tem tal necessidade atendida.

Diante do cenário apresentado, o presente trabalho busca mostrar a esta parcela tão importante de empreendimentos brasileiros o quão valiosa pode ser a contribuição do profissional contábil, que muitas vezes é encarado como um mero agente a serviço do Fisco que apenas calcula e emite guias de recolhimento, para a gestão e continuidade das atividades da entidade através do fornecimento de informações fidedignas e úteis à tomada de decisão, que é inclusive uma das finalidades da ciência contábil. Para tal, visa responder ao seguinte problema: *Como a Contabilidade pode ser aplicada como ferramenta na gestão econômico-financeira de micro e pequenas empresas?*

Para solucionar a problemática levantada temos como objetivo, Aplicar algumas ferramentas contábeis como instrumentos de gestão econômico-financeira em uma microempresa.

2 Referencial Teórico

2.1 Contabilidade gerencial

No que se refere à contabilidade financeira e gerencial, percebe-se muitas diferenças, principalmente quando se leva em consideração os usuários que cada uma procura atender, mas diante disso, Padoveze (2004, p.39) explica que “há, contudo, numerosas similaridades e áreas de sobreposição entre os métodos da contabilidade financeira e gerencial”. Iudícibus (1998, p.21) caracteriza a contabilidade gerencial sob dois enfoques, um superficial e outro mais profundo, sendo que:

A contabilidade gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num

grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório.

Ainda de acordo com o autor supracitado, “num sentido mais profundo, está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se ‘encaixem’ de maneira válida e efetiva no modelo decisório do administrador”.

Independentemente da especificidade relacionada à contabilidade, o objetivo é sempre o de fornecer informações relacionadas às entidades para os diversos usuários (internos e externos), nesse contexto, as demonstrações contábeis contribuem em parte para o alcance deste objetivo, e para melhor entendimento e conhecimento das mesmas, serão tratadas a seguir, tendo como foco principal nesta pesquisa o balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício.

2.2 Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são relatórios organizados de maneira sintética e ordenados, onde são evidenciados os fatos contábeis que influenciaram na mutação do patrimônio e a situação econômica das entidades, que objetivam mostrar para os usuários tanto internos como externos, a condição econômica e financeira das entidades em determinada data. (VELTER E MISSAGIA, 2005).

Para Bagaiolo (2007) o objetivo de uso geral das demonstrações contábeis é o de fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira da entidade, assim como o resultado e o fluxo financeiro da mesma, que serão úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

Existem empresas que de acordo com seu enquadramento fiscal estão obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis após a realização de auditoria independente por auditor devidamente registrado na CVM, como é o caso das Sociedades Anônimas (S/A) e a partir da publicação da Lei 11.638/07, das empresas de grande porte. Esta obrigatoriedade de publicação das demonstrações é regulamentada pela Lei nº. 6.404/76 com as devidas alterações trazidas pela Lei nº. 11.638/07 e MP 449/08, que em 27 de maio de 2009 se converteu na Lei nº. 11.941, e seguindo a estruturação e procedimentos contidos na Resolução do CFC nº. 1.159/09.

Como este trabalho trata principalmente do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, a seguir serão apresentadas as mudanças mais relevantes que se referem a ambas respectivamente.

2.2.1 Balanço Patrimonial

Segundo Velter e Missagia (2005, p.501) “o **balanço** é a demonstração financeira que tem por objetivo evidenciar a situação patrimonial da entidade **em um dado momento**, após a contabilização de todos os atos e fatos consignados na escrituração contábil, sendo por este motivo chamado de **balanço patrimonial**”. (grifo autor).

A Lei nº 6.404/76 com as devidas alterações trazidas pelas Leis nº 11638/07 e 11941/09, houve mudanças na forma de elaboração desta demonstração, quanto a sua estrutura, a idéia das contas serem classificadas de acordo com seu grau de liquidez e com o prazo de sua liquidação continua em vigência, a diferença está na nomenclatura dos grupos de contas.

O ativo, com a nova redação dada pela Lei 11638/2007, fica dividido em Circulante e Não circulante. O circulante é composto por três subgrupos de contas, que são Disponível, Direitos e Estoques e o segundo dividido em Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado, Diferido e Intangível.

Já no grupo do Passivo houve também algumas alterações, bem como exclusão de algum grupo de conta. Após essas alterações o Lado do Passivo ficou dividido em três grupos

de contas a saber: Passivo Circulante, compostos pelas exigibilidades de curto prazo, Passivo Não Circulante composto pelas exigibilidades de Longo Prazo e o Patrimônio Líquido, que sofreu alterações em sua estrutura que passou a apresentar as seguintes contas: Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria, Ajuste de avaliação patrimonial e por fim a Conta prejuízo Acumulado.

Dentro destas alterações apresentadas, cada empresa deve, dentro das limitações impostas pelas regulamentações e órgãos reguladores, adaptar seu Balanço Patrimonial de acordo com suas necessidades.

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

Para Velter e Missagia (2005, p.435) a demonstração do resultado do exercício “é uma forma organizada de confrontar receitas com despesas para obter o resultado do período”. E Silva (2001, p.80) define que ela “demonstra o resultado obtido pela empresa em determinado período, isto é, o lucro ou o prejuízo”.

De acordo com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, as receitas e despesas não operacionais passaram a ser denominadas como outras receitas ou despesas. E o inciso VI do art.187, que trata do que deve ser discriminado pela demonstração do resultado do exercício, tem o seguinte conteúdo “as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa”. E a Lei nº 11.638/07 revogou o §2º que tratava dos itens que são computados na determinação do resultado do exercício.

2.3 Ferramentas contábeis para auxílio à gestão

A ciência contábil oferece várias ferramentas destinadas para diversas áreas das entidades, mas para esta pesquisa foram selecionadas algumas destas, (controle interno, fluxo de caixa, análise das demonstrações financeiras e relações entre custo/volume/lucro), para a aplicação no objeto de estudo. E que serão tratadas no decorrer do trabalho.

2.3.1 Controle Interno

Com o alto nível de competitividade existente no cenário econômico atual, as empresas são obrigadas a ter fontes seguras de informações para uma gestão satisfatória que proporcione a continuidade da mesma no mercado.

Para o alcance destas obrigatoriedades ditadas pelo mercado, a Contabilidade oferece diversas ferramentas, dentre elas está o Controle Interno, que Franco e Marra (2001, p.267) entendem que são “todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa que produzam reflexos em seu patrimônio”. Quanto melhores os controles existentes na entidade, melhor subsidiada de informações fidedignas será a tomada de decisão.

Através da correta aplicação e utilização dos controles internos é possível o fornecimento de informações para diversos fins, como a estruturação de um fluxo de caixa que retrate a realidade entre as entradas e saídas de valores monetários da entidade, com será tratado a seguir.

Fluxo de Caixa

A contabilidade oferece diversas ferramentas para auxílio na gestão financeira das entidades, dentre elas está o fluxo de caixa, que permite que a empresa conheça suas movimentações financeiras em períodos determinados, obtendo informações sobre suas disponibilidades e suas necessidades de desembolsos. Além de possibilitar a realização de planejamento financeiro de curto e médio prazo.

Em sua obra, Zdanowicz (2004, p.228) conceitua que o fluxo de caixa “é o planejamento do fluxo de ingressos e desembolsos de caixa, escalonados dentro de um determinado período de tempo, geralmente de curto prazo”. O autor ainda coloca como um dos objetivos do fluxo de caixa o de “detectar possíveis escassez ou excedentes de recursos para que, baseados nestas identificações, sejam tomadas, em tempo hábil, as providências necessárias tanto no que concerne a aplicação de saldos, como na captação de recursos financeiros para cobrir possíveis necessidades de caixa”.

A partir da elaboração de demonstrações contábeis, como balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, são fornecidos alguns dados a respeito da situação financeira da empresa, e para que estes dados sejam transformados em informações úteis a tomada de decisões a contabilidade oferece mais uma ferramenta, a análise das demonstrações financeiras, que será tratada a seguir.

Análise das Demonstrações Financeiras

A análise de demonstrações financeiras tem como foco a obtenção de informações através da extração de dados contidos nas mesmas. Matarazzo (2003, p.15) explica que “as demonstrações financeiras fornecem uma série de *dados* sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis. A Análise de Balanços transforma esses **dados** em **informações** e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir”. (grifo autor).

Nas palavras de Franco (1992, p.93) “analisar uma demonstração é decompô-la nas partes que a formam, para melhor interpretação de seus componentes”. De acordo com o mesmo autor, a análise pode atingir diversos graus para que se obtenha o máximo de decomposição dos elementos patrimoniais.

Para atender aos objetivos propostos nesta pesquisa, a análise será baseada no conceito de análise vertical de balanços, destacando que a análise horizontal não poderá ser realizada por não existirem demonstrações de períodos anteriores que permitam a comparação. Além da utilização dos índices para o levantamento da situação econômica e financeira do objeto de pesquisa, bem como os índices de atividade para complementar o estudo, com a utilização das fórmulas e interpretações propostas por Marion (2002), como serão apresentadas a seguir:

Índices de Liquidez: Para Marion (2002, p.83) “[...] constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos”. Franco (1992, p.145) classifica os índices de liquidez em quocientes de solvência e conceitua “estes quocientes são o resultado da comparação entre o ativo circulante e o realizável a longo prazo com o passivo circulante e o exigível a longo prazo, com a finalidade de medir a capacidade da empresa de pagar seus débitos.”

Índices de Endividamento: Através da observação dos índices de endividamento é possível perceber o nível de endividamento da entidade. Padoveze e Benedicto (2004, p.138) afirmam que “esses indicadores mostram a porcentagem dos ativos financiada com capitais de terceiros e próprios ou se a empresa tem dependência de recursos de terceiros”. Para Franco (1992, p.153) “é bastante significativa [relação entre o capital de terceiros e o capital próprio], pois evidencia se os capitais de terceiros envolvidos no giro dos negócios da empresa superam ou não os capitais próprios”.

Índices de Rentabilidade: De que de acordo com leituras realizadas, se enquadram como os índices que mais fornecem informações para a tomada de decisão e despertam mais interesse pelos diversos usuários como sócios, investidores, credores, entre outros, afinal mostram qual a realidade econômica da entidade. Franco (1992, p.301) afirma que “os quocientes de rentabilidade são de grande importância, porque mostram a remuneração do capital aplicado na atividade econômica”. Outro autor que enfatiza a importância da análise de rentabilidade é Matarazzo (2003, p.389), onde o mesmo afirma “análise de rentabilidade é o principal relatório baseado nas demonstrações financeiras de que podem fazer uso os dirigentes de uma empresa”.

Relações entre Custo/Volume/Lucro: A realização da análise de custo/volume/lucro permite que o gestor tenha informações sólidas para a tomada de decisões a respeito dos gastos da empresa em relação aos volumes produzidos ou vendidos, onde pode-se destacar pontos importantes como a decisão entre diminuir, aumentar ou excluir a produção de determinado produto, incorporação de novos produtos, criação de estratégias de vendas para melhorar algum resultado, entre outros. (PADOVEZE, 2004).

Margem de Contribuição: Pode ser considerada como o lucro variável. Pois é a diferença entre o preço de venda unitário e os custos e despesas variáveis incorridos no produto. (PADOVEZE, 2004). Para Warren, Reeve e Fess (2003, p.96) margem de contribuição “é o excesso da receita de vendas sobre os custos variáveis”.

2.4 Micro e Pequenas Empresas e a Contabilidade

Kassai (1997, p.1) expõe que “as pequenas e médias empresas têm desempenhado um papel importante na economia mundial. Nascedouro de grandes empresas, laboratório de empresários e executivos, geradoras de empresas e oportunidades, realização de sonhos”.

A maioria deste tipo de empresa surge de forma parecida. Uma pessoa com espírito empreendedor, que passou grande parte de sua vida trabalhando em determinada área, e em determinado ponto acredita já estar com maturidade e experiência suficiente para gerir seu próprio negócio, e com isso realiza seu sonho de ter seu próprio negócio. Mas acontece que nesse momento, este empreendedor passa a desempenhar papel gerencial, que abrange a completude da empresa e não só o setor específico em que estava acostumado a realizar anteriormente. (KASSAI, 1997).

E mesmo com o esforço do empresário em fazer com que sua empresa permaneça no mercado, não é possível que isso dure por muito tempo se a entidade não tem uma estrutura “saudável” e um planejamento confiável. Gazzoni (2003, p.24) endossa que “com o crescimento do volume de operações (vendas, compras, produção, finanças) surge a necessidade de uma gestão centrada em informações obtidas através dos controles, para evoluir com maior segurança, num processo organizado”.

2.5 Balanço Perguntado

No círculo científico contábil, pouco foi estudado a respeito deste tema, percebe-se até certa “resistência” em se aprofundar no assunto por parte de alguns profissionais. O único material confiável encontrado foi o do professor Doutor da USP José Roberto Kassai, que através de seus artigos apresentados e publicados em congressos e seminários nacionais serviu de base para o desenvolvimento desta pesquisa no tópico abordado.

Logo, Kassai (2001, p.1) afirma que “balanço perguntado é uma prática existente no mercado e surgiu, provavelmente, da constatação de que os relatórios contábeis apresentados por uma micro e pequena empresa pudessem não espelhar a sua realidade”.

O balanço perguntado trata-se de uma prática antiga e que consiste, basicamente, no interrogatório direto ao dono ou pessoa responsável pelo empreendimento e, com base em suas respostas, na experiência do perguntador e em alguns ajustes de consistência, obtém-se as informações no formato básico das demonstrações contábeis (KASSAI, 2004).

Por ser uma metodologia relativamente fácil e rápida de ser aplicada, dentro de pouco tempo é possível mostrar ao gestor as possibilidades de utilização das informações produzidas, possibilitando além de uma gestão mais sadia uma valorização na atuação dos profissionais contábeis em microempresas.

3 Estudo de caso

3.1 Caracterização da entidade

A microempresa onde o estudo de caso foi realizado deu início a suas atividades em 01/08/2005 no município de Sinop e é enquadrada no CNAE Fiscal: 4712-1/00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns. É representada legalmente por sua proprietária, e por se tratar de uma empresa familiar (uma das características marcantes da microempresa), os filhos e marido da mesma também trabalham na empresa, distribuídos entre as três unidades, e além destes, ainda fazem parte do corpo de funcionários um vendedor interno com salário fixo e um vendedor externo comissionado.

3.2 Diagnóstico inicial

O período de realização do presente estudo foi de 20 de abril a 02 de agosto de 2009, que iniciou-se com a realização de observações a respeito das rotinas praticadas pela entidade. Que possibilitaram a elaboração do seguinte diagnóstico inicial. Cabe salientar que a empresa utilizava o sistema de automação comercial *AutoBizz 4.0* em algumas de suas operações no período de realização do estudo, pois como citado acima, o novo sistema foi adquirido no fim de julho.

A empresa não mantém um controle de estoque atualizado, pois no momento em que são cadastradas as mercadorias no sistema, se cadastra também a quantidade da mesma, mas acontece que os produtos não são baixados no momento da venda, ou seja, vende-se os produtos e este não sai do estoque. Logo o sistema nunca vai conseguir retratar a situação real do estoque da empresa. Como por exemplo, a necessidade de aquisição de determinada mercadoria ou o excesso de alguma exigindo ações para a diminuição da mesma.

As vendas também são realizadas por cartões de crédito ou débito, mas não existe nenhum controle para que possa ser efetuada a conferência no recebimento dos valores, bem como os valores referentes a este tipo de vendas não são considerados nas projeções futuras da empresa. E devido à falta de conferência, os comprovantes de vendas ficam acumulados na loja sem qualquer destinação útil.

A entidade faz suas compras à vista e a prazo em cheque ou duplicatas. As compras à prazo são registradas em uma agenda no momento em que as duplicatas chegam ou que os cheques são dados.

As vendas à prazo são digitadas no sistemas *AutoBizz 4.0*, pois o mesmo emite um documento padronizado para o armazenamento da empresa.

No momento em que estas vendas são registradas no sistema, o mesmo armazena as informações relacionadas, mas a empresa não utiliza este recurso, as vendas a prazo são registradas em um documento do Excel que é alterado a medida que novas vendas são efetuadas ou são recebidas.

Os gastos pessoais da proprietária se misturam aos gastos da empresa, desrespeitando um dos princípios contábeis, o da entidade, que em síntese, preza pela distinção entre os gastos destinados às operações da empresa e os destinados aos sócios.

Quando as retiradas são feitas do caixa não existe nenhum registro evidenciando que os valores são referentes aos gastos pessoais da proprietária.

A entidade não tem nenhum controle a respeito do patrimônio que possui, parte dos bens que foram adquiridos, não possuem comprovante (nota fiscal, recibo, outros), que atestem a data de aquisição e o valor correspondente.

Não existe um fluxo de caixa na empresa, as entradas e saídas são registradas em uma planilha do Microsoft Excel sem qualquer proteção quanto a violações.

Os dados registrados na supracitada planilha não podem ser considerados de confiabilidade elevada, pois durante o dia existem saídas do caixa que não são registradas no ato em que acontecem, e posteriormente são esquecidas e como as entradas não são

controladas é impossível que seja realizada uma conferência dos valores registrados em razão dos efetivamente realizados.

3.3 Atividades realizadas

A primeira falha detectada foi a ausência de controle de estoque, partindo do pressuposto que se trata de uma empresa comercial, e a falta de controle sobre seu volume de vendas, impossibilita também a apuração do faturamento da empresa. Antes da contagem do estoque, houve uma organização dos produtos em suas prateleiras correspondentes, bem como a colocação de etiquetas com os preços nos produtos, para que a situação desconfortável da constante indagação a respeito dos preços por parte dos clientes fosse reduzida.

Passado essa prévia organização, deu-se início a contagem do estoque, diante da diversidade de produtos comercializados e a necessidade da loja em permanecer com suas atividades rotineiras foi adotado o seguinte procedimento, todo o estoque registrado no sistema foi zerado, evitando qualquer confusão entre o que estava sendo registrado e o que constava anteriormente, enquanto uma equipe fazia a contagem física, uma pessoa ficava no computador lançando simultaneamente o que era contado, com esta ação tudo que era contado no dia já era lançado no sistema no mesmo dia.

A empresa tem como uma das formas de recebimento de vendas o cartão de crédito e débito, mas não tinha controle algum sobre o a representação dessas vendas sobre o faturamento total. Para isto, foram recolhidos todos os comprovantes de vendas que estavam acumulados na loja, também foram levantadas informações com a proprietária a respeito dos prazos de pagamento praticados pelas administradoras VISA e MASTER e os respectivos valores das mensalidades e o percentual de desconto sobre as vendas no crédito e no débito.

Em posse desses documentos e das informações necessárias, elaborou-se a planilha para o controle:

QUADRO 1 – Cartões de Crédito e Débito (FC)

DIAS	1		2		3		...		31		TOTAL	
	O	R	O	R	O	O	R	O	R	O	O	R
ORÇADO/REALIZADO												
MASTER CRÉDITO												
MASTER DÉBITO												
VISA CRÉDITO												
VISA DÉBITO												
TOTAL	Σ ...	Σ ...	Σ ...	Σ ...	Σ ...	Σ ...	Σ ...	Σ ...	Σ ...	Σ ...	Σ ...	Σ ...

Fonte: Autores da Pesquisa 2009

Todas as contas e obrigações que a empresa tem no período corrente, são lançadas em um quadro, onde existe espaço para que os valores sejam projetados, para que posteriormente seja registrado o que foi realizado, pois ele também serve para alimentar o fluxo de caixa através dos totalizadores existentes diante de cada subdivisão. E novamente deve-se salientar que na entidade os controles foram diários, mas para a apresentação neste trabalho foi levado em consideração o acumulado mensalmente e o campo de projeção não foi utilizado no período de pesquisa. O modelo do quadro pode ser observado a seguir:

QUADRO 2 – Desembolsos (FC)

DIAS	1		2		...		31		TOTAL	
	O	R	O	R	O	R	O	R	O	R
ORÇADO/REALIZADO										
1 COMPRAS À VISTA									Σ	Σ
2 FORNECEDORES									Σ	Σ
3 FRETE S/COMPRAS MERCADORIAS									Σ	Σ
TOTAL	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ

Fonte: Autores da Pesquisa 2009

Para as contas à receber, a nova proposta consiste em separar as projeções de recebimento por mês, onde no documento constará o nome do cliente, o dia em que o recebimento está planejado e o dia em que efetivamente ocorreu. No caso deste documento, o valor que vai automaticamente para o fluxo de caixa é o acumulado de cada dia, sendo que o campo de projeção (orçado) foi utilizado, pois os valores são registrados de acordo com o vencimento de cada duplicata do cliente, sendo possível apurar no final do período o saldo a receber (orçado) e o efetivamente pago (realizado), mas novamente informando, os valores apresentados nesta pesquisa estão acumulados mensalmente.

QUADRO 3 – Recebimento de Clientes a Prazo (FC)

CLIENTE	1		2		...		31		JUROS	TOTAL	
	O	R	O	R	O	R	O	R		R\$	A RECEBER
ANTONIO PEREIRA										Σ	Σ
JOÃO MARIA										Σ	Σ
PEDRO SILVA										Σ	Σ
...										Σ	Σ
...										Σ	Σ
TOTAL	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ		Σ	Σ

Fonte: Autores da Pesquisa 2009

Para a realização do controle patrimonial, inicialmente efetuou-se um levantamento de todo patrimônio existente na empresa. Para a determinação dos valores utilizou-se a metodologia de valor de mercado, ou seja, o valor praticado no mercado para bens em situação igual ou semelhante aos existentes na entidade e também através de entrevistas com a proprietária. E para determinação da taxa de depreciação correspondente, novamente com a contribuição da proprietária, foi determinada a estimativa de vida útil econômica dos bens, as taxas foram determinadas a partir da relação entre o tempo de vida útil pelo valor do bem, de acordo com a nova redação dada ao §3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76. De maneira resumida, o controle patrimonial da entidade pode ser assim apresentado:

QUADRO 4 – Levantamento Patrimonial Sol Embalagens

MÓVEIS	QT	R\$	*V.M.	**V.U. E.	***T.D. A.	****T.D. M.	*****R\$ D.M.
Computador	1	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	8 anos	12,50%	1,04%	R\$ 12,50
Impressora LX-300	1	R\$ 835,00	R\$ 835,00	4 anos	25,00%	2,08%	R\$ 17,40
...
Fax	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00	6 anos	16,67%	1,39%	R\$ 5,56
TOTAL MÓVEIS			R\$13.213,00				R\$ 163,43
VEÍCULOS							
Caminhão	1	R\$ 8.000,00	R\$ 28.000,00	6 anos	16,67%	1,39%	R\$ 388,89
Moto Baú	1	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	4 anos	25,00%	2,08%	R\$ 72,92
Blazer	1	R\$30.000,00	R\$ 30.000,00	7 anos	14,29%	1,19%	R\$ 357,14
TOTAL VEÍCULOS			R\$ 61.500,00				R\$ 818,15
TOTAL GERAL			R\$ 74.213,00				R\$ 981,58
LEGENDA:							
* VALOR DE MERCADO							
** VIDA ÚTIL ESTIMADA							
*** TAXA DE DEPRECIÇÃO ANUAL							
**** TAXA DE DEPRECIÇÃO MENSAL							
*****VALOR DE DEPRECIÇÃO MENSAL							

Fonte: Autores da Pesquisa 2009

Dentre os diversos instrumentos oferecidos pela Contabilidade no auxílio à tomada de decisão, o fluxo de caixa é bastante utilizado para fornecer informações financeiras e de

planejamento às micro e pequenas empresas, nessa perspectiva, foi detectada a necessidade de elaborar um fluxo para a entidade em estudo.

Com base nos quadros de controle e apoio anteriormente citados, um modelo de fluxo de caixa no período de 01 de maio à 31 de julho de 2009, foi elaborado com as devidas adaptações às necessidades da entidade e logo será apresentado de forma bastante concisa.

QUADRO 5 – Fluxo de Caixa Sol Embalagens

	MAIO	JUNHO	JULHO	TOTAL
1 VENDAS A PRAZO	R\$ 17.250,69	R\$ 16.644,73	R\$ 18.317,86	R\$ 52.213,28
2 INGRESSOS	R\$ 46.303,84	R\$ 41.596,35	R\$ 50.334,71	R\$ 138.234,90
TOTAL DE VENDAS	R\$ 45.368,91	R\$ 43.940,94	R\$ 55.128,38	R\$ 144.438,23
3 DESEMBOLSOS	R\$ 48.049,23	R\$ 55.093,63	R\$ 52.205,91	R\$ 155.348,77
4 DIFERENÇA DO PERÍODO(2-3)	R\$ (1.745,39)	R\$ 13.497,28)	R\$ (1.871,20)	R\$ (17.113,87)
5 SALDO INICIAL DE CAIXA	R\$ 16.894,90	R\$ 15.149,51	R\$ 1.652,23	R\$ 16.894,90
6 SALDO DISPONÍVEL (+/-4+5)	R\$ 15.149,51	R\$ 1.652,23	R\$ (218,97)	R\$ (218,97)

Fonte: Autores da Pesquisa 2009

Em posse dos dados financeiros da entidade foram elaboradas as demonstrações contábeis (balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício) da mesma.

Demonstrações contábeis sol embalagens

Após a elaboração do fluxo de caixa, a organização dos documentos referentes às atividades da entidade e a execução de alguns questionamentos a proprietária, foi possível confeccionar o Balanço Patrimonial, como pode ser observado.

QUADRO 6 – Balanço Patrimonial Sol Embalagens

ATIVO		A.V. %
Ativo Total	R\$ 164.318,02	100,00
Ativo Circulante	R\$ 92.438,94	56,26
<u>DISPONIBILIDADES</u>	<u>R\$ 2.220,10</u>	<u>1,35</u>
<u>CRÉDITOS</u>	<u>R\$ 14.814,10</u>	<u>9,02</u>
<u>ESTOQUES</u>	<u>R\$ 75.404,74</u>	<u>45,89</u>
Ativo Não Circulante	R\$ 71.879,08	43,74
<u>IMOBILIZADO</u>	<u>R\$ 71.879,08</u>	<u>43,74</u>
Móveis e Utensílios	R\$ 13.213,00	8,04
(-) Depreciação Acumulada	R\$ (377,07)	-0,23
Veículos	R\$ 61.500,00	37,43
(-) Depreciação Acumulada	R\$ (2.456,85)	-1,50
PASSIVO		
Passivo Total	R\$ 164.318,02	100,00
Passivo Circulante	R\$ 81.698,23	49,72
Passivo Não Circulante	R\$ 8.000,00	4,87
<u>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u>	<u>R\$ 8.000,00</u>	<u>4,87</u>
Patrimônio Líquido	R\$ 74.619,79	45,41
Capital Social Realizado	R\$ 80.000,00	48,69
Prejuízos Acumulados	R\$ (5.380,21)	-3,27

Fonte: Autora da Pesquisa 2009

QUADRO 7 – Demonstração do Resultado Sol Embalagens

Descrição da Conta:	Acumulado	A.V. %
RECEITA BRUTA DE VENDAS	R\$ 144.398,23	108,23
(-) Deduções da Receita Bruta	R\$ (10.974,27)	-8,23
(-) SIMPLES (7,6%)	R\$ (10.974,27)	-8,23
(=) RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	R\$ 133.423,96	100,00
(-) CMV	R\$ (96.113,78)	-72,04
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	R\$ 37.310,18	27,96
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ (32.115,55)	-24,07

(-) Desp. Administrativas	R\$	(16.942,43)	-12,70
(-) Desp. Vendas	R\$	(10.464,93)	-7,84
(-) Desp. Financeiras	R\$	(4.708,19)	-3,53
(=) LUCRO LÍQUIDO OPERACIONAL	R\$	5.194,63	3,89
Outras Despesas	R\$	(1.734,55)	-1,30
(=) LUCRO DO PERÍODO	R\$	3.460,08	2,59

Fonte: Autores da Pesquisa 2009 o

E a análise destas demonstrações, como será tratado no próximo tópico.

Análise das Demonstrações

Para mostrar ao microempresário como a ciência contábil pode ser utilizada para fornecer informações que auxiliem na gestão de seu empreendimento, foram calculados alguns índices que retratam a situação econômica e financeira atual da entidade com base nos dados e demonstrações elaboradas no período da pesquisa.

QUADRO 8 – Índices de Liquidez da Sol Embalagens

ÍNDICES		FÓRMULAS	CÁLCULO	PERÍODO
LIQUIDEZ	Corrente	$\frac{AC}{PC}$	$\frac{92.438,94}{81.698,23}$	R\$ 1,13
	Seca	$\frac{AC - EST}{PC}$	$\frac{92.438,94 - 75.404,74}{81.698,23}$	R\$ 0,21
	Geral	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	$\frac{92.438,94}{81.698,23 + 8.000}$	R\$ 1,03
	Imediata	$\frac{Disponível}{PC}$	$\frac{2.220,10}{81.698,23}$	R\$ 0,03

Fonte: Adaptado de Marion 2002, p.135

É visível no quadro acima que o ativo circulante representa a maior parte do ativo total, sendo que a maior representatividade se dá pela conta de estoques, que sua influência percebida quando se calcula a capacidade da entidade em quitar suas obrigações com a dedução do estoque, onde nesta situação a mesma não conseguiria honrar grande parte de seus compromissos. Mas quando o estoque é considerado para o cálculo da capacidade de pagamento de curto prazo, pode-se observar que a entidade consegue quitar suas obrigações com pequena sobra.

O quadro a seguir apresenta o índice de endividamento da empresa.

QUADRO 9 – Índices de Endividamento

ÍNDICES		FÓRMULAS	CÁLCULO	PERÍODO
ENDIVIDAMENTO	Quantidade	$\frac{Cap. Terceiros}{Passivo Total}$	$\frac{89.698,23}{164.318,02}$	54,59%
	Qualidade	$\frac{P. Circulante}{Cap. Terceiros}$	$\frac{81.698,23}{89.698,23}$	91%
	Grau	$\frac{Cap. Terceiros}{P. Líquido}$	$\frac{89.698,23}{74.619,79}$	120,21%
	Garantia do Cap. Próprio ao Cap. de Terceiros	$\frac{Cap. Próprio}{Cap. Terceiros}$	$\frac{74.619,79}{89.698,23}$	R\$ 0,83

Fonte: Adaptado de Marion 2002, p.135

Quanto ao ativo não circulante, mais especificamente a conta dos imobilizados, percebe-se a grande representatividade dentro do ativo total, mas a razão deste fato pode ser referente ao método de avaliação dos componentes, pois como citado, os bens foram valorados de acordo com o praticado no mercado, e a depreciação baseada na estimativa de vida útil determinada pela proprietária da entidade.

No passivo destaca-se a proximidade em termos percentuais entre os valores devidos à fornecedores e a empréstimos, outro sinal que esta situação se deu devido ao desfavorável ciclo operacional da entidade, onde a necessidade de capital externo é necessária para a manutenção das atividades da mesma. O que pode ser percebido na observação da quantidade de capital de terceiros em relação ao passivo total da empresa, pouco mais da metade do capital tem origem de terceiros e outro fato preocupante é o prazo de vencimento destes, a maioria absoluta é de vencimento a curto prazo, nestas condições a entidade deveria buscar melhorar os prazos de pagamento destas obrigações, tentando transferir o máximo possível para o longo prazo.

E como pode ser observado no quadro referente aos índices de endividamento, em relação a garantir o seu capital próprio para saldar suas dívidas, a empresa não conseguirá quitá-las totalmente, mas grande parte.

QUADRO 10 – Índices de Rentabilidade

ÍNDICES		FÓRMULAS	CÁLCULO	PERÍODO
RENTABILIDADE	Taxa de Retorno Sobre Investimento (Empresa)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	$\frac{3.460,08}{164.318,02}$	2,11%
	Taxa de Retorno Sobre o PL (Empresário)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{P. Líquido}}$	$\frac{3.460,08}{74.619,79}$	4,64%
	Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas}}$	$\frac{3.460,08}{133.423,96}$	2,59%
	Giro do Ativo	$\frac{\text{Vendas}}{\text{Ativo Total}}$	$\frac{133.423,96}{164.318,02}$	0,81

Fonte: Adaptado de Marion 2002, p.135

O capital próprio investido para o início da empresa foi comprometido devido a diferença efetuada entre o ativo e o passivo, que resultou em prejuízo acumulado. Mas quanto a rentabilidade da entidade, como citado por alguns autores como os índices que mais despertam a atenção dos dirigentes da entidade, pode-se dizer que, em relação a todo o ativo investido na entidade e o retorno referente ao período de realização da pesquisa, está bem reduzido, pois a empresa trabalha com produtos de baixa rentabilidade, logo o giro deveria ser mais elevado, para que a rentabilidade seja satisfatória, mas não é isso o que pode se perceber atualmente, sendo necessária novamente a atenção especial quanto ao estoque da entidade.

Já em relação a rentabilidade do valor investido pela proprietária, deduzido o valor do prejuízo acumulado, pode-se considerar um retorno levemente bom, pois o objetivo dos sócios é sempre almejar mais rentabilidade, mas o que foi detectado no período de estudo pelo menos é superior ao retorno trazido pela poupança, mas inferior a outros programas de investimento.

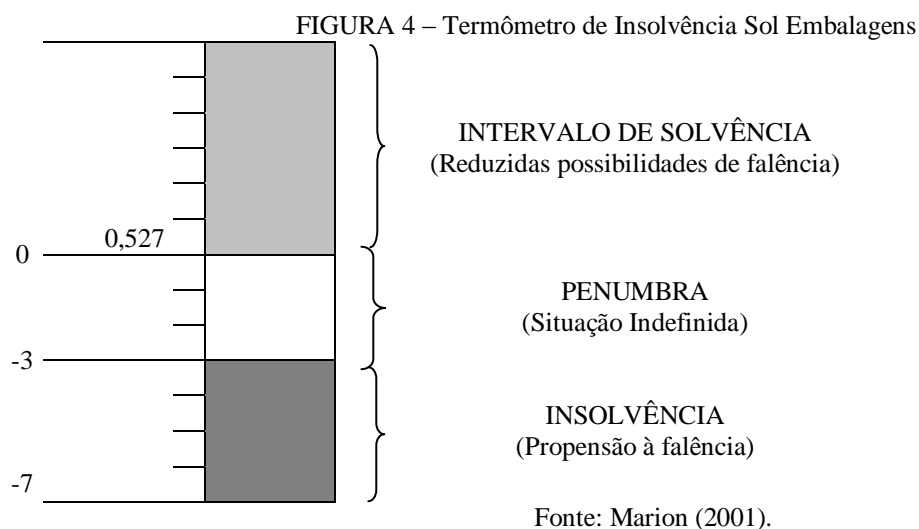
A seguir apresentamos o quadro com o fator de insolvência da empresa

QUADRO 11 – Fator de Insolvência da Sol Embalagens

ÍNDICES		FÓRMULAS	CÁLCULO	PERÍODO
FATOR DE INSOLVÊNCIA	X1	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{P.Líquido}} \times 0,05$	$\frac{3.460,08}{74.619,79} \times 0,05$	0,002
	X2	L.Geral x 1,65	1,03 x 1,65	1,700
	X3	L.Seca x 3,55	0,21 x 3,55	0,746
	X4	L.Corrente x 1,06	1,13 x 1,06	1,198
	X5	$\frac{\text{Exigível Total}}{\text{P.Líquido}} \times 0,33$	$\frac{164318,02}{74619,79} \times 0,33$	0,723
	Fi	$X1 + X2 + X3 - X4 - X5$	$0,002 + 1,70 + 0,746 - 1,198 - 0,723$	0,527

Fonte: Adaptado de Marion 2002, p.135

A respeito do fator de insolvência, percebe-se que o índice encontrado revela que a entidade atualmente está próximo ao nível de penumbra no termômetro de insolvência desenvolvido por Kanitz, mas ainda está no intervalo de solvência, como pode ser conferido na figura abaixo.



A terminologia de quadro clínico é abordada por Marion (2001), assim como a metodologia de interpretação e qualificação de cada índice. O autor supracitado estabelece o diagnóstico da entidade com base em quatro situações: Ruim, Razoável, Satisfatório e Bom.

No que diz respeito a representatividade do endividamento em termos de quantidade, a classificação foi satisfatória, por estar entre os padrões do setor, já a quanto à qualidade deste endividamento o conceito foi ruim, por estar elevado em relação as outras empresas do setor.

A rentabilidade da empresa está razoável, enquanto a do empresário foi considerada ruim e a margem líquida foi conceituada como razoável.

Apuração da margem de contribuição

Como pode ser observado no quadro 12, o percentual referente à margem de contribuição foi apurado através da divisão do valor monetário referente a margem de contribuição pelas vendas realizadas no período, mas o mesmo percentual também pode ser alcançado com a aplicação da fórmula para encontrar o índice de margem de contribuição.

QUADRO 12 – Apuração da Margem de Contribuição Sol Embalagens

DESCRIÇÃO	TOTAL	%
VENDAS	R\$ 133.423,96	100%
CUSTOS E DESP.VARIÁVEIS	R\$ (98.776,92)	-74,03%
Comissões	R\$ (2.663,14)	-2,00%
CMV	R\$ (96.113,78)	-72,04%
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	R\$ 34.647,04	25,97%
CUSTOS FIXOS	R\$ (29.452,41)	-22,07%
LUCRO OPERACIONAL	R\$ 5.194,63	3,89%

Fonte: Autores da Pesquisa 2009

Cálculo do ponto de Equilíbrio

O ponto de equilíbrio financeiro refere-se a real necessidade de saída de valores monetários no período, para se chegar a este valor deve-se deduzir dos custos fixos totais o montante referente à depreciação do período. Logo:

$$\text{PEFv} = \frac{\text{CFT} - \text{Depreciação}}{\text{MC\%}} = \frac{29.452,41 - 2.833,92}{0,2597} \text{ R\$ } 102.497,07$$

Nestas condições, a entidade precisa vender em torno de R\$ 34.165,69 (R\$ 102.497,07 / 3) mensalmente, para honrar suas necessidades de saída financeira.

Com a implantação de controles internos na entidade em estudo, a elaboração de um fluxo de caixa para controlar as entradas e saídas financeiras, a construção do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, bem como a análise destas demonstrações e a apuração da margem de contribuição e cálculo dos pontos de equilíbrio do objeto de estudo, enfim, com a realização da pesquisa empírica, elaborou-se um quadro onde consta a diferenciação da contribuição econômica e financeira proporcionada a entidade que foi utilizada como objeto de pesquisa.

QUADRO 13 – Resumo das contribuições das ferramentas contábeis

FERRAMENTAS	CONTRIBUIÇÃO	
	FINANCEIRA	ECONÔMICA
Controle Interno	Através da organização dos instrumentos relacionados à operacionalização financeira da empresa.	A adaptação e implantação de controles internos possibilitou o conhecimento dos gestores a respeito do resultado econômico da entidade, bem como o acompanhamento das atividades relacionadas ao mesmo.
Fluxo de Caixa	Conhecimento das entradas e saídas financeiras da empresa durante determinado período e planejamento de necessidades e sobras de caixa a curto prazo.	-
Balanço Patrimonial	Retrato estático da situação financeira da entidade.	-
Demonstração do Resultado do Exercício	-	Visão dinâmica da situação econômica da empresa.
Análise das Demonstrações Contábeis	Através dos índices extraídos do B.P. (liquidez e endividamento), além do conhecimento aprofundado da situação financeira da empresa permite o planejamento de ações que visem a melhora da mesma. Além dos índices que usam dados combinados com a D.R.E. (atividade e insolvência), que fornecem informações econômico-financeiras.	Com os índices extraídos da D.R.E. (rentabilidade), são fornecidas informações econômicas que permitem a tomada de decisões relacionadas ao resultado da entidade.
Margem de Contribuição	Conhecimento da proporção de que os produtos vendidos no período contribuem financeiramente para o pagamento dos custos fixos incorridos na operacionalização da empresa.	-
Ponto de Equilíbrio	Emite informações financeiras a respeito da capacidade mínima de operação da empresa para um resultado nulo.	A partir das informações financeiras, é possível o planejamento para a obtenção de melhores resultados econômicos.

Fonte: Autores da Pesquisa 2009

4 Considerações finais

O mercado em que as empresas estão atualmente inseridas está cada vez mais competitivo e exigente no que se refere à uma gestão econômico-financeira baseada em

informações que retratem a realidade das empresas. Percebendo esta situação, este trabalho foi proposto no âmbito de “apresentar” aos micro e pequenos empresários a contribuição que a ciência contábil proporciona através de suas ferramentas.

Foi efetuado o levantamento bibliográfico que abordou conceitos básicos da contabilidade, algumas novidades e mudanças na forma de elaboração e apresentação de algumas demonstrações, bem como a exposição de algumas ferramentas para auxílio a gestão oferecidas pela ciência. Também se caracterizou as MPE's quanto a sua classificação diante de alguns órgãos competentes.

Os conceitos e teorias apresentados no referencial teórico foram aplicados na prática em uma microempresa, onde num primeiro momento foi realizada uma observação que detectou algumas falhas e necessidades de implantação de controles internos na entidade. A partir deste ponto foi estruturado um fluxo de caixa que atendeu as necessidades de informação e planejamento financeiro da mesma.

Com a organização proporcionada pelos controles internos e fluxo de caixa, foram elaboradas as demonstrações contábeis, no caso balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, além da realização de análise das demonstrações citadas, que forneceram informações de cunho econômico e financeiro úteis a tomada de decisões.

A realização do presente estudo expôs aos gestores da microempresa que foi objeto de estudo, uma nova “face” do profissional contábil, que inicialmente era tido como um mero emissor de guias de recolhimento fiscais.

Diante disso, percebe-se que de um lado está o microempresário em busca de informações e auxílio que contribuam para a sustentabilidade e continuidade de seu empreendimento no mercado e de outro está o profissional contábil com diversas ferramentas oferecidas pela ciência para sanar as necessidades do microempresário, o próximo passo é o ajuste destas disparidades para que tanto o empresário consiga manter a sua empresa ativa e satisfatoriamente rentável, como o profissional contábil se sinta satisfeito e orgulhoso por desempenhar um papel tão importante social e economicamente.

Referências

BAGAILOLO, G. **Demonstrações Contábeis: Aspectos Práticos e Conceitos Técnicos**. Porto Alegre mai 2007. Disponível em: <<www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_demostr_Aspectospraticos.PDF>> Acesso em: 23 jul 2009;

BRASIL. Casa Civil. **Lei Complementar 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm>> Acesso em: 09 set 2009;

_____. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>> Acesso em: 25 ago 2009;

_____. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>> Acesso em: 25 ago 2009;

_____. **Lei nº 11.941**, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm>> Acesso em: 25 ago 2009;

FRANCO, H. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. 15ªed. São Paulo, Atlas. 1992;

FRANCO, H. MARRA, E. **Auditoria Contábil**. 4ª ed. São Paulo, Atlas. 2001;

GAZZONI, E. I. **Fluxo de Caixa – Ferramenta de Controle Financeiro para a Pequena Empresa**. 96f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2003. Disponível em: <<<http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS3578.pdf>>> Acesso em: 10 set 2009;

IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade Gerencial**. 6ª ed. São Paulo, Atlas. 1998;

- KASSAI, J. R. **Balço perguntado – solução para as pequenas empresas.** Anais do VIII Congresso Brasileiro de Custos, São Leopoldo/RS, 03 a 05 de outubro de 2001;
- KASSAI, S. **Empresas de Pequeno Porte e a Contabilidade.** Caderno de Estudos, FIPECAFI. v 9, nº 15, p. 60-74, janeiro/junho 1997. São Paulo. Disponível em:<<http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad15/as_empresas_certo.pdf>> Acesso em: 10 set 2009;
- MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis – Contabilidade Empresarial.** 2ª ed. São Paulo, Atlas. 2002;
- MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços.** 6ª ed. São Paulo, Atlas. 2003;
- PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil.** 4ª ed. São Paulo, Atlas. 2004;
- PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. de. **Análise das Demonstrações Financeiras.** São Paulo, Pioneira Thomson Learning. 2004;
- SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas. **Onde estão as Micro e Pequenas Empresas no Brasil.** 1ªed. São Paulo, 2006. Disponível em:<<http://www.sebraesp.com.br/sites/default/files/onde_mpes_brasil.pdf>> Acesso em: 10 fev 2009;
- VELTER, F. MISSAGIA, L. R. **Manual de Contabilidade: teoria e mais de 700 questões.** 4ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier. 2005;
- WARREN, C. S. REEVE, J.M. FESS, P. E. **Contabilidade Gerencial.** 1ª ed. São Paulo, Pioneira Thomson Learning. 2003;
- ZDANOWICZ, J. E. **Fluxo de Caixa.** 10ª ed. Porto Alegre, Sagra Luzzato. 2004.